



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 8 DE MAIO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 11, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2014
4. REQ. N. 765/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 120/14, DATADO DE 14/04/2014 – MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU
5. REQ. N. 639/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 98/14, DATADO DE 28/03/2014 – MANUEL DE SIMAS MELO JUNIOR
6. REQ. N. 713/14, DATADO DE 16/05/2014 – PC N.º 68/14, DATADO DE 10/03/2014 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.

7. REQ. N. 635/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 174/13, DATADO DE 06/06/2013 – MOLDES RP - INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA
8. REQ. N. 702/14, DATADO DE 15/05/2014 – PC N.º 465/13, DATADO DE 32/12/2013 – APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
9. REQ. N. 698/14, DATADO DE 15/08/2014 – PC N.º 126/14, DATADO DE 22/04/2014 – FAGIR - REPRESENTAÇÕES, S.A.
10. REQ. N. 677/14, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 302/11, DATADO DE 04/08/2011 – ANTÓNIO BATISTA VALENTE
11. REQ. N. 547/14, DATADO DE 16/04/2014 – PC N.º 53/14, DATADO DE 19/02/2014 – LUCÍLIA NORA MARTINS
12. REQ. N. 683/14, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 81/13, DATADO DE 01/04/2013 – DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA
13. REQ. N. 747/14, DATADO DE 21/05/2014 – PC N.º 93/14, DATADO DE 27/03/2014 – VITOR MANUEL BÁRBARA CAMINHO
14. REQ. N. 2702/08, DATADO DE 10/09/2008 – PC N.º 456/04, DATADO DE 07/06/2004 – ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA.
15. REQ. N. 756/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 303/12, DATADO DE 15/10/2012 – ERNESTINO GOMES
16. REQ. N. 800/14, DATADO DE 30/05/2014 – PC N.º 186/14, DATADO DE 30/05/2014 – JOAQUIM MARIA NUNES
17. REQ. N. 567/11, DATADO DE 18/03/2014 – PC N.º 144/10, DATADO DE 08/07/2010 – MARIA JÚLIA RIBEIRO CARREIRA DO ESPÍRITO SANTO
18. REQ. N.º 775/14, DATADO DE 27/05/2014 – PC N.º 557/05, DATADO DE 27/07/2005 – CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.
19. REQ. N.º 775/14, DATADO DE 27/05/2014 – PC N.º 557/05, DATADO DE 27/07/2005 – CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.
20. REQ. N. 496/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 848/03, DATADO DE 10/11/2003 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA

21. REQ. N. 807/14, DATADO DE 02/06/2014 – PC N.º 114/14, DATADO DE 10/04/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.
22. REQUERIMENTO DE MENEZES & MOTA – CONSULTADORIA E INVESTIMENTOS, S.A. – AQUISIÇÃO DO PRÉDIO INDUSTRIAL DA ANIBAL H. ABRANTES, S.A. – OBRAS DE REABILITAÇÃO – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMI E DE IMT
23. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL - REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL GUERRA PARRACHO – APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL
24. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: PEDRO LUÍS LOPES PEREIRA – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIENCIA PREVIA
25. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: TECFIL – TÉCNICA DE FABRICO DE FIOS, LDA - DEFERIMENTO.
26. RECEPÇÃO DEFINITIVA
27. RECEPÇÃO DEFINITIVA
28. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM JULHO DO CORRENTE ANO.
29. ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA - MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DA EDUCAÇÃO
30. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
31. DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS
32. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:

1 – Sr. Ernesto Conceição Silva, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9, Engenho, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

- Arquivo da correspondência recebida – ao consultar o processo de construção da sua casa constatou que no Arquivo Municipal não se encontram todas as cópias dos ofícios que recebeu, pelo que irá trazer cópias, para juntar ao processo.
- Travessa dos Pimentas – mais uma vez pede para que seja resolvida a situação do pavimento.
- Torneio inter-escolas – gostou, mas entende que as crianças mais robustas deveriam ser separadas dos mais pequenos, porque assim estes não têm hipótese. Talvez a solução seja alterar o esquema de eleição junto das escolas.
- Bandeira Azul – uma vez mais a Marinha Grande não tem, pelo que gostaria de saber se é por causas externas ou internas.
- Piscina de S. Pedro – é lamentável a degradação, e pretende saber se na altura da cedência dos terrenos à Promoel não existia qualquer cláusula que impedisse que se desfizessem da piscina e se chegasse a esta situação.

2 – Sr. José Eduardo Maia Pereira, residente na Rua das Andorinhas, n.º 27, Marinha Grande, que pretende falar sobre a requalificação da rua onde mora. Referiu que em agosto de 2011 lhe foi prometido que o projeto da rua ficaria pronto no final desse ano ou início de 2012. Ficou de ir sabendo junto da Câmara o que se passava e ir informando os restantes moradores. Desde essa altura já veio à Câmara 18 vezes, foi notando que as coisas iam evoluindo, no entanto, e como tinha sido combinado, a obra deveria estar pronta no fim de 2012 e estamos em 2014 e nada feito. Pretende saber o que se passa, se não há dinheiro para a obra, uma vez que a Rua das Andorinhas é uma das piores da cidade.

3 – Sr. José Rosa da Silva Neto, residente na Rua do Rego, n.º 56, Garcia, Marinha Grande, que pretende falar sobre os retroativos de água de 2003. Referiu que em 2004 lhe foi mudado o contador e que então passou a pagar mais do que pagava anteriormente. Entretanto recebeu uma carta da Câmara a pedir-lhe os retroativos de 2003, no valor de 115€. Agora, passados 9 anos, é que lhe estão a pedir esse pagamento, quando entende que uma vez que não é responsável pelo contador, que é da Câmara, não teria que pagar um consumo de água que a própria Câmara não consegue justificar que ele consumiu, e

mesmo que existisse justificação para tal consumo, a dívida teria prescrito passado 6 meses.

Como o contador não é seu a Câmara é que deveria ter tido atenção se ele não funcionava bem. Neste momento o que o preocupa é que o débito de 2005 passou a vir mencionado na fatura de 2014, com mais um valor de 29€ para além dos 115€. Quer saber o que se passa e como resolver a situação, pois já foi várias vezes aos serviços e não lhe sabem responder.

4 – Sr.ª Maria Suzete Margarido Oliveira, residente na Rua de S. Pedro, n.º 34, Guarda Nova, Marinha Grande, que pretende ser informada sobre o andamento da reclamação que apresentou sobre a construção de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande, uma vez que na última reunião pediu notícias e ainda não tem resposta. Pretende saber porquê e o que está a ser feito. Está presente em seu nome pessoal e em representação de outros munícipes que não puderam vir. Terminou a sua intervenção manifestando a sua satisfação por a Câmara ter procedido à limpeza do cemitério.

Seguidamente, e de acordo com as suas áreas de intervenção, os Srs. Vereadores responderam às questões colocadas pelos munícipes.

O Sr. Vereador Vítor Pereira respondeu o seguinte:

- ⇒ Torneio inter-escolas – disse que não é fácil, e será até duvidoso, dividir os meninos de maior compleição física dos que têm menor físico. Aconselha os pais e as coletividades a explicar às crianças que estão ali para conviver, competir, e não só para ganhar. Talvez tenha que haver uma intervenção junto dos educadores, pais e treinadores no sentido de mudar a filosofia.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Travessa dos Pimentas – pediu aos serviços para verificarem o estado do pavimento e tentarem reparar o que estiver degradado, uma vez que ali as infraestruturas ainda não estão consolidadas porque falta o saneamento.
- ⇒ Bandeira Azul – os critérios de atribuição são muito apertados e muitos deles as autarquias não controlam, como é o caso da mancha castanha que vem para as nossas águas, vinda de outro concelho. Nesta situação, se tivermos bandeira azul, e a meio do mês de agosto surgir essa mancha é-nos logo retirada a bandeira azul, o que será um fator negativo para o bom decurso da época balnear. Enquanto estes fatores externos não estiverem estabilizados não nos iremos candidatar, apesar das análises das águas balneares estarem boas e afixadas.

⇒ Rua das Andorinhas – é prioritária para se intervir, mas não é só no tapete, é na rede de saneamento, rede de água e até no pluvial. Os serviços já têm o levantamento topográfico das caixas e já começaram o projeto, encontrando-se contemplada verba para este ano e para o próximo. E porque não foi ainda feito? Porque muitas vezes a Câmara tem projetos com possibilidade de candidatura e então tem que avançar com esses. Para além disso há situações emergentes que surgem, como foi o caso de S. Pedro de Moel, em virtude do temporal deste inverno. Há também as escolas, em que se fará um investimento de mais de 300 mil euros na remodelação, e que terá que ser feita no verão, no período de férias, e cujos projetos a Câmara também tem que executar, daí que todas estas razões motivem o atraso com esta rua.

O **Sr. José Pereira** interrompeu, pedindo que a Câmara divulgue quando começa as obras e quando prevê terminar, para todos os moradores saberem.

O **Sr. Vereador** informou que a rua não é candidatável, que irá ser executada com verbas próprias da Câmara e que os serviços já têm indicação para darem prioridade a este projeto, e que para não mentir não irá dar uma resposta sobre a data da obra.

⇒ Sr. José Rosa Neto – soube ontem da inscrição e do assunto que vinha expor. Na sequência dos factos expostos constata-se que a dívida está prescrita pelo que, atendendo que vai ser presente uma proposta de deliberação de declaração de prescrição de dívida de água propõe que o valor referente ao consumo de água do ano de 2003, deste cliente, seja incorporado nessa deliberação.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

⇒ Piscinas de S. Pedro – o processo veio a reunião da Câmara aquando da transferência de posse das piscinas da Promoel para os atuais proprietários, e não constava lá nada de retorno para a Câmara. O estado degradado deve-se ao facto de a empresa atual ter dificuldades económicas e andarem há cerca de 2 anos a contestar com a ARH Tejo o domínio público marítimo.

⇒ Rua das Andorinhas – é verdade que é prioritária, mas a Câmara já fez a Rua das Laranjeiras e vai fazer a Rua da Panificadora, que também eram prioritárias há mais de 20 anos.

⇒ Sr. José Rosa Neto – concordou com a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Vicente.

⇒ Limpeza do cemitério – tem vindo a ser feita regularmente, não é de agora, até foi pintado, o que já não era feito há 6 ou 7 anos.

⇒ Jazigo – já houve a reunião com a dona e está-se a estudar a melhor solução para todos, não prejudicando ninguém, até porque a passagem é possível, tal como já constatou pessoalmente. Pediu à D. Maria Suzete que aguarde.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **O Sr. Vereador António Santos saudou todos os presentes e referiu que pretendia apresentar 4 lamentações, 3 cartas de munícipes, 1 pedido de ponto de situação e 1 elogio.**

⇒ **Lamentou-se do seguinte:**

- Da degradação junto ao campo de ténis do Parque Mártires, que indicia até práticas obscuras, assim como do antigo posto do turismo.
- Em 2009 o Presidente da Assembleia Municipal dizia que o centro histórico estava uma lástima, e assim continua, pelo que plagia estas palavras, que estão atuais.
- Que em relação ao Mercado Municipal ainda não se veja a luz ao fundo do túnel, tendo citado as palavras do PS em 2006/2007 sobre o chamado “mercado das tendas”.
- Que Pataias tenha uma boa piscina e nós, uma cidade, tenhamos um tanque, questionando para quando a piscina municipal.

⇒ **Apresentou as seguintes cartas de munícipes:**

- Chegou ao seu conhecimento a realização de um evento de paraquedismo em S. Pedro de Moel em que a Câmara não teria estado representada, situação que desconhecia.
- Os moradores do bairro do bloco 1, 1.ª eq.ª de Casal de Malta, inquilinos da Câmara, que reclamam sobre infiltrações nas paredes, vindas de uma casa de banho, pelo que pretende saber qual o ponto de situação.
- Pretende também esclarecimentos sobre a carta de um munícipe da Moita relativa a esgotos a céu aberto.

⇒ **Pretende saber o ponto de situação do seguinte:**

- No dia 29/05/2014 foi publicada uma notícia no Jornal Região de Leiria sobre as piscinas de S. Pedro de Moel, que gostaria de esclarecer.

⇒ **Apresentou o seguinte elogio:**

- Há algum tempo denunciou a situação dos passeios degradados junto à Ribeira das Bernardas e ontem constatou, com agrado, que a situação estava a ser tratada. Referiu ainda que gostaria de futuramente poder elogiar a construção da Rua das Andorinhas, que hoje foi reclamada.

▪ **A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes saudou todos os presentes e disse o seguinte:**

⇒ Mais uma vez venho falar do polémico processo de privatização da EGF, a holding estatal de tratamento dos resíduos.

Congratulo-me que a providência cautelar interposta junto do Supremo Tribunal Administrativo pelos municípios de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, tenha sido aceite, suspendendo temporariamente este processo.

Os municípios da “Resulima” vão entrar ainda com uma acção administrativa especial, para impugnar definitivamente esta privatização.

Também os autarcas do Vale do Minho, confirmaram em anúncio público, o recurso à justiça como forma de contestar a privatização da EGF, e advertiram que se a via judicial falhar, recorrerão a outras formas de protesto para tentar impedir este processo.

Além de não ouvir os municípios, o actual Governo põe em causa os interesses das populações, pois o mais provável é que se assista a uma subida das tarifas com a privatização da empresa pública.

Trata-se de uma situação muito preocupante. Vai a nossa autarquia tomar posição pública sobre este assunto?

⇒ **Praia de S. Pedro**

Aproxima-se a abertura da época balnear. Pergunto se irão realizar-se rapidamente as obras necessárias para reparação de

- Escadas de acesso
- Gradeamento
- Instalações sanitárias
- Passadiços. Têm pregos levantados e constituem um perigo.

⇒ **Festa do Dia da Criança** – houve uma muito boa participação da população, o que constitui um motivo de congratulação.

A divulgação deste evento funcionou muito bem.

▪ **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:**

⇒ Agradeceu a presença dos munícipes e imprensa, pediu para solucionar rápido os assuntos levantados pelos munícipes e lamentou o facto reportado pelo munícipe José Maia Pereira, sobre a Rua das Andorinhas. O munícipe refere que fez 18 reuniões, e que o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Paulo Vicente acham que os munícipes têm razão pois a rua está muito degradada e que irá ser feita. Prometeram-lhes que estaria arranjada no final de 2011, princípio de 2012, mas até agora não foi feito. Pediu que informem os munícipes da data em que haverá o melhoramento.

De seguida apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Congratulou-se pelos 3 alunos da EPAMG, que em representação do Centimfe venceram o concurso nacional denominado “Isto é uma ideia” organizado pelos Centros Tecnológicos de Portugal. O projeto vencedor foi o desenvolvimento duma pulseira para evitar o esquecimento de bebés dentro duma viatura. Relembrou que esta iniciativa tem como finalidade sensibilizar e motivar os jovens a serem empreendedores.
Outra aluna da Epamg arrecadou dois prémios no âmbito do concurso Litter Less Campaign, promovido pela entidade Jovens Repórteres para o Ambiente
- ⇒ Congratulou-se pelo desempenho das empresas marinhenses, incluindo não apenas os seus empresários, mas todos os seus trabalhadores e parceiros, que lideraram em 2013 as exportações no distrito de Leiria. A Marinha Grande tem uma balança comercial extremamente positiva, exportando mais de 490 milhões de euros e importando apenas 175 M€.
- ⇒ Recebeu um convite do Sr. Presidente para uma reunião com empresários no dia 12. Queria saber se qualquer empresário pode ir à reunião ou apenas os que receberam o convite. Tem conversado com muita gente que questiona o horário das 14h30 para fazer esta reunião dada a agenda profissional dos empresários. Qual a razão para a marcação desta hora? Por questões de produtividade não seria mais apropriado fazê-la ao fim da tarde ou à noite?
- ⇒ Congratulou-se pelo judoca marinhense Nuno Saraiva, que nos dois últimos fins de semana, em representação da seleção nacional conquistou a medalha de prata na Taça da Europa de Juniores, na Corunha, passando a ser o quarto classificado no ranking mundial de juniores. E em Madrid foi medalha de bronze no primeiro OPEN como sénior. Este torneio já conta para o apuramento dos jogos olímpicos de 2016.
- ⇒ Congratulou-se pela performance conseguida pelos atletas de patinagem em velocidade do Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, que tanto individual como em coletivo se sagraram campeões nacionais de desporto escolar.
- ⇒ Congratulou-se por o Desportivo Náutico da Marinha Grande ter sido pela terceira vez consecutiva, campeão distrital absoluto.
- ⇒ Na última reunião falou-se das obras do Parque Mártires do Colonialismo. Gostaria de saber se estão terminadas, pois a requalificação do parque infantil tem acabamentos perigosos. Será que a obra foi dada por terminada e aceite pela Câmara?
Há bancos de jardim completamente degradados. Vão ser repostos?

⇒ Sobre o salão de chá. Neste momento há vidros partidos, portas arrombadas, fios soltos e o interior vandalizado. Se não houver uma intervenção rápida, dentro de pouco tempo está completamente degradado. Em que ponto está o concurso para a adjudicação, devia haver urgência.

⇒ Já existe decisão sobre o processo da Carfi? Quando podemos esperar a resposta?

Apresentou o seguinte requerimento:

"REQUERIMENTO 20/2014

Assunto: Questões de educação

Relativamente às matérias de educação gostaria de ser esclarecido quanto aos seguintes aspetos:

- 1. No âmbito do movimento anual da rede escolar gostaria de perceber se há algum jardim de infância/escola que será encerrado no próximo ano lectivo?*
- 2. Qual o parecer que a camara municipal deu ao ministério da educação e ciência sobre a rede escolar (o encerramento e/ou abertura excecional de escolas e as ofertas educativas e formativas) ?*
- 3. A Câmara Municipal foi convocada para alguma reunião da rede escolar por parte dos serviços do MEC? Se sim, qual a posição assumida pelo município?*
- 4. Qual o ponto de situação da Carta educativa?*
- 5. Como está programado o ano lectivo 2014/2015 relativamente às seguintes matérias:*
 - a. Rede de transportes;*
 - b. AEC's;*
 - c. Acção social escolar (subsídios);*
 - d. Refeições escolares;*
 - e. Recuperação/Manutenção dos edifícios*

Finalmente, e não menos importante, tinha solicitado informação sobre dois aspetos:

- a) Se o conselho municipal de educação já reuniu este ano lectivo, questão à qual a senhora vereadora respondeu que não, embora se esteja a diligenciar a marcação de uma reunião.*
- b) Se no CME iriam estar representados, na qualidade de "convidados", representantes do ensino profissional. Sobre este ponto a senhora vereadora não deu qualquer resposta.*

Aqui chamava atenção para o facto de eu ter o cuidado de, sempre que peço informação aos membros do executivo permanente, escrevo de forma clara e sistematizada (para facilitar a resposta). No entanto, quando obtenho a resposta verifico que geralmente a mesma é apenas parcial."

▪ **O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Disse que tinha de começar a sua intervenção pelas últimas palavras do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, mostrando a sua indignação, uma vez que não há respostas parciais. Referiu que o Sr. Vereador Aurélio generaliza, questionando-o se alguma vez ele lhe tinha dado uma resposta parcial.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** respondeu dizendo que não se referia ao Sr. Vereador Vítor Pereira.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** prosseguiu dizendo que têm de ser cuidadosos nestas situações, porque não lhe deu respostas parciais, por isso não deve generalizar, e quando assim for deverá dizer quem foi.

⇒ Seguidamente convidou todos os presentes, desde os membros do executivo ao público, pedindo-lhes que transmitam a mensagem, para as Festas da Cidade, que se realizam no próximo fim de semana. É mais uma iniciativa de dinamização do Centro Histórico e Cultural e também um apoio a todos os comerciantes, e só com a presença de todos a iniciativa terá razão de ser.

▪ **A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que lhe reencaminhasse o requerimento, uma vez que não o tem presente neste momento, para poder responder à sua afirmação de que a resposta foi parcial.

▪ **Seguidamente, e no âmbito das suas áreas de atuação, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu às questões colocadas:**

⇒ Parque Mártires – as obras não estão concluídas, há situações de fiscalização e de obediência ao projeto. O antigo posto de turismo é para retirar.

⇒ Mercado municipal – a seu tempo o processo virá a reunião de Câmara.

⇒ Habitação social – dado o volume de verbas envolvidas a situação descrita não poderá ser reparada por um canalizador, porque se trata da remodelação total de um apartamento. As obras já estão adjudicadas e começam 2.ª feira.

⇒ Saneamento na Moita – foi feito o levantamento de todas as redes da freguesia e de quais as moradias que deviam e podiam ser ligadas, e foram todos notificados para se ligarem. A partir de agora tem que se cumprir a lei e atuar coercivamente.

⇒ Ribeira das Bernardas – fala-se aqui das situações mas só depois de se seguirem os procedimentos burocráticos é que se começam as obras. Falta elogiar a conclusão da Estrada Atlântica, a abertura da Ponte das Tercenas e o Parque das Merendas que está em andamento do outro lado do rio.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que não quis falar da Ponte das Tercenas para não parecer que queria dar um cariz político nacional, porque foi uma obra do Governo.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** prosseguiu, referindo que aquilo que interessa é que temos uma ponte e quando a obra for rececionada será da Câmara. Apesar das dificuldades da empresa a obra não se atrasou muito, porque a ponte era para ser aberta em janeiro de 2014 e abriu a semana passada.

- ⇒ S. Pedro de Moel – todas as obras, com exceção dos wc, são da competência da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que não tem dinheiro, e por isso foi permitido que as Câmaras Municipais aproveitassem as verbas do POVT. A Câmara da Marinha Grande aproveitou para fazer 2 candidaturas, que envolvem concursos públicos, para os quais já se avançou com cerca de 400 mil euros e ainda não é claro que sejamos financiados.
- ⇒ Rua das Andorinhas – não se pode comprometer com uma data, a rua é prioritária e é para se fazer e vai ser feita.
- ⇒ Novo ano letivo – está a coordenar com a Sr.ª Vereadora, têm ido a todas as escolas que necessitam de obras, mas há as limitações financeiras, e os próprios diretores estão a apontar o que é mais prioritário. Tem que se avançar rapidamente, porque tem que se intervir nos meses de julho e agosto. Não se vai avançar com tudo o que é necessário mas com o que é prioritário.

- **O Sr. Vereador Vítor Pereira** manifestou a sua concordância com a Sr.ª Vereadora Maria João relativamente ao assunto da EGF e entende que institucionalmente se deveriam tomar medidas. É fundamental para a nossa vida enquanto comunidade, e a Câmara e o Presidente devem intervir institucionalmente.

- **O Sr. Presidente respondeu o seguinte aos assuntos abordados pelos Srs. Vereadores:**

- ⇒ EGF - Disse que já manifestou a sua posição na reunião da VALORLIS e a posição da Câmara Municipal da Marinha Grande é contra a privatização da EGF e tudo fará para o manifestar e fazer chegar às devidas instâncias. Explicou sucintamente o que é a EGF, que aqui na nossa zona é proprietária maioritária da VALORLIS, com 51%, e as Câmaras têm 49%. Avançaram com a privatização da EGF, sem ouvirem as Câmaras. Quem ficar com esta holding vai de imediato aumentar os preços, para rentabilizar o investimento, e quem vai pagar isto é o povo, que é servido por estas empresas, com a água e os lixos. O grande negócio é a privatização das águas, daí nós termos que investir na rede de águas, e estamos a fazê-lo, para não estarmos dependentes.
- ⇒ S. Pedro de Moel – as obras estão a andar.
- ⇒ “Promessas não cumpridas são dívidas” – comentando a expressão utilizada referiu que é verdade, mas pelo menos não nos levam a situações de endividamento. E é por isso que têm de se estabelecer prioridades, uma vez que não se pode fazer tudo.

- ⇒ Reunião com empresários – não percebe a dúvida, uma vez que é aberta a todos os que quiserem aparecer. Os horários são programados de acordo com os horários dos serviços e com a devida antecedência para que todos se possam organizar e programar a sua agenda.
- ⇒ Parque Mártires – a obra ainda não foi acabada. Os bancos estão a começar a ser reparados junto ao cemitério e vão indo.
- ⇒ Café do Parque Mártires – estão alguns vidros partidos, até ver não houve vandalismo.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** refutou esta afirmação e mostrou uma fotografia.
O **Sr. Presidente** prosseguiu e informou que a Câmara está a acompanhar e já lá foi limpar.
- ⇒ Paraquedismo – não soube do evento, embora muitas vezes também aconteça ser convidado em cima da hora e não poder comparecer por motivos de agenda. Quando as pessoas organizam estas iniciativas deveriam dar conhecimento, com alguma antecedência, para que a Câmara possa apoiar na divulgação.
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** informou que aquilo que chegou à Câmara foi um pedido de dinheiro.
- ⇒ Piscinas – a Câmara está atenta.
- ⇒ Edifícios degradados – a Câmara pressionou e alguns proprietários estão a emparedar, mas muitos deles não têm as possibilidades económicas que se pensa. Por outro lado a Câmara não pode intervir e substituir-se aos proprietários.
- ⇒ Ponte das Tercenas – estava pior do que se julgava e ainda bem que a encerrou, pois hoje temos uma ponte nova.
- ⇒ CARFI – vai ser oficializada a proposta, e mais tarde dará mais informações.
- ⇒ Seguidamente fez a leitura do seguinte documento, que se anexa à presente ata (**Anexo 2**) e cujo conteúdo se reproduz:

“Tendo verificado mais uma vez um reparo registado em acta, sobre possíveis falhas na Comunicação e Divulgação dos Eventos do Município, quero aqui deixar o meu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Divisão de Comunicação que tem respondido clara e atempadamente a todas as solicitações que lhe têm chegado.

Faço nota que é do meu conhecimento o planeamento anual de todas as acções já programadas desde o princípio do ano, na área da Comunicação e Divulgação.

- Saliento a resposta atempada às solicitações dos diversos órgãos de comunicação social, tanto localmente, como Regional como até a nível Nacional.

- Saliento o trabalho para a Divulgação das Festas da Cidade, bem como dos festejos dos 40 anos do 25 de Abril.

- Saliento todo o trabalho na divulgação associada ao Orçamento Participativo.

- Saliento o trabalho de concepção e divulgação das nossas acções e traduzidas na feitura dos diversos Fleir's, Outdoor's e Mupis.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

- Saliento a elaboração/distribuição atempada da AGENDA CULTURAL e da REVISTA MUNICIPAL.

- Saliento a elaboração dos anúncios por mim solicitados e por mim autorizados."

- **A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** esclareceu o Sr. Vereador Aurélio Ferreira, relativamente ao seu requerimento, referindo que as respostas às questões 2 e 3 ficaram prejudicadas com a resposta à 1.ª, uma vez que não houve qualquer reunião. Respondeu-lhe na íntegra e não parcialmente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:25 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 8 DE MAIO DE 2014

450 - Presente a ata n.º 10, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 8 de maio de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após a introdução do texto sugerido pela Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 11, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2014

451 - Presente a ata n.º 11, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de maio de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, do Sr. Vereador Vítor Pereira, por não ter estado presente na reunião, e da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por ter chegado à reunião no fim dos trabalhos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

4 - REQ. N. 765/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 120/14, DATADO DE 14/04/2014 – MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU

452 - Presentes requerimentos, com registos de entrada n.º 537/14 e n.º 765/14, datados de 2014/04/14 e de 2014/05/23, respetivamente, processo n.º 120/14, a solicitar o licenciamento de obras de construção de anexo e licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 911,50 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8771, apresentado por MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU, com o NIF 184055652, residente na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2014-06-02, que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido com condicionalismo.

Após análise dos requerimentos, com registos de entrada n.º 537/14 e n.º 765/14, datados de 2014/04/14 e de 2014/05/23, processo n.º 120/14, referente ao pedido de licenciamento de obras de construção de anexo e licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 911,50 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8771, apresentado por MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU, com o NIF 184055652, residente na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer

técnico datado de 2014-06-02, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

1- Projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE;

2- Indicação do processo camarário, caso exista, referente ao licenciamento da construção do muro de vedação, bem como outros elementos que possibilitem a sua identificação por parte dos Serviços Municipais, caso se trate de construção ilegal, deve, em simultâneo pelo presente processo, proceder à sua legalização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 639/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 98/14, DATADO DE 28/03/2014 – MANUEL DE SIMAS MELO JUNIOR

453 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 450/14 e n.º 639/14, datados de 2014/03/28 e de 2014/05/05, processo n.º 98/14, a solicitar **o licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação** da moradia sita na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19885 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8300, apresentado por **MANUEL DE SIMAS MELO JUNIOR**, com o NIF 129143162, residente na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia da Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos datados de 2014/05/13 e 2014/06/02, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a ser aprovado.

Presente parecer técnico datado de 2014/05/30, a informar que não foi identificada vala junto da estrema norte do prédio.

Após análise do pedido de o licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação da moradia sita na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19885 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8300, apresentado por MANUEL DE SIMAS MELO JUNIOR, com o NIF 129143162, residente na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos de 2014/05/13 e 2014/06/02, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar o requerente que deverá, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, apresentar os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 713/14, DATADO DE 16/05/2014 – PC N.º 68/14, DATADO DE 10/03/2014 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.

454 - Presente pedido com o registo n.º 713/14, datado de 16/05/2014 relativo a **ampliação e alteração de uma unidade industrial**, sita na rua da Serração, n.º 73, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.542 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19740-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 68/14 com data de entrada de 10/03/2014, apresentado por **IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.**, com o NIPC 500 988 757, com sede na estrada do Pero Neto, Cova da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Raposa, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 08/05/2014;

Presente informação técnica, datada de 30/05/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 02/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação e alteração de uma unidade industrial, sita na rua da Serração, n.º 73, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11542 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19740-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 68/14 com data de entrada de 10/03/2014, apresentado por IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 988 757, com sede na estrada do Pero Neto, Cova da Raposa, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 635/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 174/13, DATADO DE 06/06/2013 – MOLDES RP - INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA

455 - Presente pedido com o registo n.º 635/14, datado de 05/05/2014 relativo a **ampliação de unidade industrial existente** na rua José Alves Júnior, n.º 422, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.480 e

inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.399, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 174/13, com data de entrada de 06/06/2013, apresentado por **MOLDES RP - INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.**, com o NIPC 504 206 028, com sede na Rua José Alves Júnior, n.º 422, Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/08/2013;

Presente informação técnica, datada de 30/05/2014, que refere encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, assim como estarem cumpridos os condicionalismos expressos no n.º 1 da deliberação de Câmara de 14/08/2013 que aprovou o projeto de arquitetura, atestando encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de unidade industrial existente na Rua José Alves Júnior, n.º 422, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2480 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16399, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 174/13, com data de entrada de 06/06/2013, apresentado por **MOLDES RP - INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC 504 206 028, com sede na Rua José Alves Júnior, n.º 422, Marinha Grande.**

Mais delibera informar a sociedade requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 702/14, DATADO DE 15/05/2014 – PC N.º 465/13, DATADO DE 32/12/2013 – APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL

456 - Presente pedido com o registo n.º 702/14, datado de 15/05/2014 relativo a **apresentação dos projetos de especialidade aplicáveis**, referentes ao processo de **legalização de alterações num edifício agrícola**, sito na rua da Cabine, Pero Neto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8148 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4226, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 465/13, com data de entrada de 31/12/2014, apresentado por **APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**, com o NIPC 504 646 796, com sede na rua Bento de Jesus Caraça, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 20/03/2014;

Presente informação técnica, datada de 21/05/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações num edifício agrícola**, sito na Rua da Cabine, Pero Neto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.148 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4.226, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 465/13, com data de entrada de 31/12/2014, apresentado por **APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**, com o NIPC 504 646 796, com sede na Rua Bento de Jesus Caraça, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 698/14, DATADO DE 15/08/2014 – PC N.º 126/14, DATADO DE 22/04/2014 – FAGIR - REPRESENTAÇÕES, S.A.

457 - Presente pedido com o registo n.º 698/14, datado de 15/05/2014 relativo a **ampliação de armazém** existente na Rua de Leiria, n.º 113, Embra, Marinha Grande, no prédio registado

na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2970 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12275, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 126/14, com data de entrada de 22/04/2014, apresentado por **FAGIR - REPRESENTAÇÕES, S.A.**, com o NIPC 500 108 668, com sede na rua de Leiria, n.º 113, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 22/05/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação e os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de armazém existente na rua de Leiria, n.º 113, Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2970 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12275, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 126/14, com data de entrada de 22/04/2014, apresentado por FAGIR - REPRESENTAÇÕES, S.A., com o NIPC 500 108 668, com sede na Rua de Leiria, n.º 113, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 677/14, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 302/11, DATADO DE 04/08/2011 – ANTÓNIO BATISTA VALENTE

458 - Presente pedido com o registo n.º 677/14, datado de 12/05/2014 relativo a **legalização de moradia e anexos existentes**, localizados na rua 1ª de Dezembro, n.º 26, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.140 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 99, n.º 276 e n.º 585 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.102 da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 302/11, com data de entrada de 04/08/2011, apresentado por **ANTONIO BATISTA VALENTE**, com o NIF 139 192 816 residente na Rua 1ª de Dezembro, n.º 26, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 20/02/2014;

Presente informação técnica, datada de 30/05/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 02/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de moradia e anexos existentes, localizados na rua 1ª de Dezembro, n.º 26, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.140 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 99, 276 e 585 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.102 da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 302/11, com data de entrada de 04/08/2011, apresentado por **ANTÓNIO BATISTA VALENTE, com o NIF 139 192 816 residente na Rua 1ª de Dezembro, n.º 26, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 547/14, DATADO DE 16/04/2014 – PC N.º 53/14, DATADO DE 19/02/2014 – LUCÍLIA NORA MARTINS

459 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 257 e n.º 547, datados de 2014/02/19 e 2014/04/16, respetivamente, processo n.º 53/14, a solicitar o **licenciamento de**

obras de alterações e ampliação realizadas na moradia sita na Rua Central do Pilado, no prédio com 1690 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2271 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9384, da freguesia e concelho da Marinha Grande, e a certificação de **destaque de parcela** com a área de 947.30 m², daquele prédio, apresentados por **LUCÍLIA NORA MARTINS**, com o NIF 180992384, residente na Rua da Graminheira, n.º 36, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Presente informação técnica datada de 2014/03/07 a propor pelo requerente a dispensa da apresentação dos projetos das especialidades por as alterações propostas não alterarem os projetos das especialidades anteriormente aprovados.

Presente parecer técnico emitido sobre a componente arquitetura do pedido de licenciamento e sobre o pedido de certificação de destaque, datado de 2014/05/01, que atesta encontrarem-se, ambos os pedidos, em condições de serem deferidos.

Após a análise do pedido de licenciamento de obras de alterações e ampliação realizadas na moradia sita na Rua Central do Pilado, no prédio com 1690 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2271 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9384, da freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como do pedido de certificação de destaque de parcela com a área de 947.30 m², daquele prédio, apresentado por Lucília Nora Martins, com o NIF 180992384, residente na Rua da Graminheira, n.º 36, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria, considerando os pareceres técnicos que sobre eles recaíram, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR o pedido de licenciamento das obras de alteração e ampliação realizadas na moradia, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (RJUE);

2- DEFERIR o pedido de emissão de certidão de destaque, comprovativa dos requisitos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, sendo que da mesma e para efeitos de registo predial, deverá constar:

a) As parcelas apresentam-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos previstos no n.º 10 do Art.º 5º do regulamento do PDMMG em vigor, sendo que a parcela a destacar com área de 947.30 m², já edificada, assegura o cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados pelo PDMMG, a parcela remanescente com 742.70 m² apresenta-se vinculada à construção de edifício com até 1 fogo, 185,67 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 100 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;

b) Inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do destaque, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada qualquer obra de construção nessas parcelas.

A emissão da certidão requerida fica condicionada à apresentação de planta à escala 1:200 ou 1:500, elaborada nos termos descritos na alínea g) do n.º 1 do artigo 6º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), com a delimitação da área total do prédio originário, suas confrontações, dimensões e áreas da parcela a destacar e da parcela remanescente, respetivas confrontações, implantação dos edifícios existentes e suas áreas.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do RMEUMMG, em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 683/14, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 81/13, DATADO DE 01/04/2013 – DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA

460 - Presente pedido com o registo n.º 683/14, datado de 12/05/2014, relativo a **legalização de edifício destinado a comércio**, sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 81/13, com data de entrada de 01/04/2013, apresentado por **DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA**, com o NIF 206 514 751, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/11/2013;

Presente informação técnica, datada de 30/05/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de edifício destinado a comércio**, sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 28, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.501 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.255, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 81/13, com data de entrada de 01/04/2013, apresentado por **DAVID SÉRGIO LOPES FETEIRA**, com o NIF 206

514 751, residente na rua Manuel Dinis Parreira, n.º 30, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 747/14, DATADO DE 21/05/2014 – PC N.º 93/14, DATADO DE 27/03/2014 – VITOR MANUEL BÁRBARA CAMINHO

461 - Presente requerimento n.º 747/14, datado de 2014/05/21, constante do processo camarário n.º 93/14, subscrito por VITOR MANUEL BÁRBARA CAMINHO, com o NIF 114966702, residente na Rua Dr. Azevedo Neves, n.º 32, 1.º Dt.º, Amadora, freguesia de Mina, concelho de Amadora, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização de alterações numa moradia*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.642 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.795, da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/04/29, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/05/30, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Legalização de alterações numa moradia*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.642 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.795, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 93/14, com data de entrada em 2014/03/27, apresentado por VITOR MANUEL BÁRBARA CAMINHO, com o NIF 114966702, residente na Rua Dr. Azevedo Neves, n.º 32, 1.º Dt.º, Amadora, freguesia de Mina, concelho de Amadora, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da

execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 2702/08, DATADO DE 10/09/2008 – PC N.º 456/04, DATADO DE 07/06/2004 – ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA.

462 - Presente pedido com o registo n.º 2702/08, datado de 10/09/2008 relativo a construção de um edifício destinado a indústria, na Rua Nova do Moinho de Cima, Cumeiras, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15142 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 10303 e 491, na freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 456/04, com data de entrada de 07/06/2004, apresentado por **ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA.**, com o NIPC 503 812 064, com sede no Apartado 267, Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 28/05/2014 que atesta não se encontrar a pretensão em condições de merecer aprovação, propondo que se notifique o requerente, em sede de audiência prévia, do projeto de indeferimento que recaiu sobre o seu processo;

A Câmara Municipal delibera:

Notificar a requerente, ONTIMEPLAS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA., com o NIPC 503 812 064, com sede no Apartado 267, Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente à construção de um edifício destinado a indústria, a construir na Rua Nova do Moinho de Cima, Cumeiras, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15142 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 10303 e 491, na freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar normas constantes no regulamento

do PDM da Marinha Grande, nomeadamente o disposto no n.º 10 do artigo 5º e nas alíneas a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 11º, ao apresentar um índice de construção superior ao máximo permitido, não assegurar a dimensão mínima de parcela e não assegurar uma distância mínima aos limites da parcela de 15,0 m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 756/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 303/12, DATADO DE 15/10/2012 – ERNESTINO GOMES

463 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 756/14 de 23/05/2014, de ERNESTINO GOMES, com o NIF 115275053, residente em Estrada de Maceira, n.º 5, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização imóvel destinado a moradia, objeto de obras de ampliação e alteração, licenciadas (legalizadas) no âmbito do processo n.º 303/12.

Presente parecer técnico datado 02/06/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada de Maceira, n.º 5, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ERNESTINO GOMES, com o NIF 115275053, residente em Estrada de Maceira, n.º 5, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Brás
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 800/14, DATADO DE 30/05/2014 – PC N.º 186/14, DATADO DE 30/05/2014
– JOAQUIM MARIA NUNES

464 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 800/14 de 30/05/2014, de JOAQUIM MARIA NUNES, com o NIF 121835669, residente em Rua da Benta, n.º42, 1.º esquerdo, lugar de Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 871, de 1982.

Presente parecer técnico datado 02/06/2014, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” correspondente ao 1.º andar esquerdo do edifício sito em Rua da Benta, n.º42, lugar de Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOAQUIM MARIA NUNES, com o NIF 121835669, residente em Rua da Benta, n.º42, 1.º esquerdo, lugar de Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Brás
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 567/11, DATADO DE 18/03/2014 – PC N.º 144/10, DATADO DE 08/07/2010 –
MARIA JÚLIA RIBEIRO CARREIRA DO ESPÍRITO SANTO

465 - Presente processo de licenciamento referente à obra de alteração destinada a adaptação do espaço para “*Instalação de estabelecimento de bebidas*”, a que foi atribuído o número de processo 144/10, em edifício a legalizar, erigido em prédio urbano sito na Rua Álvaro Coelho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.241 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5.218, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **MARIA JÚLIA RIBEIRO CARREIRA DO ESPÍRITO SANTO**, com o NIF 168840537, residente em Rua Marquês de Pombal, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2011/11/11.

Presente informação técnica datada de 2014/05/19, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, adiante RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/05/19, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

- 1. Considerando que a interessada, MARIA JÚLIA RIBEIRO CARREIRA DO ESPÍRITO SANTO, com o NIF 168840537, residente em Rua Marquês de Pombal, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2010/07/08, “*Instalação de Estabelecimento de Bebidas*”, em edifício a legalizar, a que foi atribuído o número de processo 144/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Álvaro Coelho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.241 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5.218, da referida freguesia de Marinha Grande;**
- 2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2011/11/11;**
- 3. Considerando que o requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2012/05/18, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;**
- 4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2012/11/18 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;**
- 5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;**

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar a requerente, MARIA JÚLIA RIBEIRO CARREIRA DO ESPÍRITO SANTO, com o NIF 168840537, residente em Rua Marquês de Pombal, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 2011/11/11 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 144/10, referente ao licenciamento de obras de alteração destinadas a adaptação do edifício para a *“Instalação de estabelecimento de bebidas”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 775/14, DATADO DE 27/05/2014 – PC N.º 557/05, DATADO DE 27/07/2005 – CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.

466 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 557/05, incidente sobre um prédio sito na Rua das Cavadas, Lugar de Pedrulheira, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.379, apresentado por **CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.**, com o NIPC 506224368, com sede na Rua de Leiria, n.º 36, Freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 26/05/82006 e com alterações aprovadas por despacho do vereador do pelouro do urbanismo datado de 29/01/2009.

Presente informação técnica datada de 02/06/2014, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara de 26/05/2006, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de um edifício habitacional e muros, incidente sobre um prédio sito na Rua das Cavadas, lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.379, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande.

- Em 23/06/2006 foi emitido o alvará de licença de construção n.º 185/06, válido até 26/05/2010.

- O titular do processo, **CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.**, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 185/06, emitido em 23/06/2006, cuja validade terminou em 26/05/2006, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de um edifício habitacional e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua das Cavadas, lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.379 ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º 775/14, DATADO DE 27/05/2014 – PC N.º 557/05, DATADO DE 27/07/2005 – CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.

467 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 557/05, incidente sobre um prédio sito na Rua das Cavadas, lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.379 apresentado por **CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.**, com o NIPC 506224368, com sede na Rua de Leiria, n.º 36, Freguesia de Monte Real, concelho de Leiria aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 26/05/2006 e objeto de alterações aprovadas por despacho do vereador do pelouro do urbanismo datado de 29/01/2009.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, registado sob o requerimento n.º 775/14, datado de 27/05/2014.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 185/06, emitido em 23/06/2006, cuja validade terminou em 26/05/2010, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 02/06/2014.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

CONCEDER a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude das obras de construção de um edifício habitacional e muros, a que foi atribuído o número de processo 557/05, incidente sobre um prédio sito na Rua das Cavadas, Lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, descrito na

Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.379, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, e da licença respetiva ter caducado, dado que a situação em apreço se enquadra no n.º 3 do artigo 88.º mencionado RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - REQ. N. 496/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 848/03, DATADO DE 10/11/2003
– JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA**

468 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 496/14, datado de 04-04-2014, em nome de JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA, com sede na Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 27, Lugar de Salgueiro, freguesia e concelho da Marinha Grande em que solicita a concessão de licença especial para acabamentos, pelo prazo de 150 dias, do edifício destinado a indústria, sito no lugar de Vale de Picassinos, da mesma freguesia e concelho. Presente parecer jurídico datado de 13-05-2014, bem como informação dos Serviços de Fiscalização de 16-05-2014.

A Câmara Municipal analisou o referido pedido, o parecer jurídico, datado de 13-05-2014, sobre o assunto, bem como a informação da fiscalização datada de 16-05-2014 e considerando que:

- A situação em apreço se enquadra no n.º 3 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE);
- Este regime permite a concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, quando as mesmas tenham atingido um estado avançado de execução mas a respetiva licença ou comunicação prévia haja caducado ou quando a Câmara Municipal reconheça o interesse na sua conclusão e a demolição, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas seja desaconselhável – n.º 1 e n.º 3 do artigo 88.º;
- O facto de já ter sido, por uma vez, concedida a dita licença especial à interessada não inviabiliza uma nova concessão, nem contraria o espírito das referidas normas.
- O legislador tem mostrado a necessidade de apoiar o setor da construção civil, numa época de acentuada recessão económica, com medidas excecionais de extensão de prazos para apresentação dos requerimentos para emissão dos títulos das operações urbanísticas, para declaração de caducidade por parte do órgão competente e também para execução de obras;
- Permitir que uma obra, como é o caso, em avançado estado de execução seja terminada vai de encontro às recentes políticas legislativas de incremento das atividades económicas.
- Essa finalidade se revela de extrema importância, na situação em causa, por se tratar de uma construção que se destina à indústria;

- De acordo com informação dos serviços de fiscalização a cobertura do dito edifício se encontra colocada, as paredes exteriores rebocadas, com revestimento metálico e caixilharia de alumínio aplicada em todos os vãos faltando, apenas, os acabamentos interiores;
- Apesar do edifício se encontrar em tosco no seu interior, a construção, na sua generalidade, apresenta-se em avançado estado de execução;

Delibera, ao abrigo do n.º 3 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), DEFERIR o pedido apresentado por JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA, com sede na rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 27, Lugar de Salgueiro, freguesia e concelho da Marinha Grande, para concessão de licença especial para acabamentos, pelo prazo de 150 dias, do edifício destinado a indústria, sito no lugar de Vale de Picassinos, da mesma freguesia e concelho da Marinha Grande, por reconhecer o interesse da conclusão do mesmo e não se mostrar aconselhável a sua demolição, por razões ambientais, urbanísticas e particularmente por razões económicas, como já ficou demonstrado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 807/14, DATADO DE 02/06/2014 – PC N.º 114/14, DATADO DE 10/04/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.

469 - Presente pedido, com registo de entrada n.º 807/14, apresentado em 02-06-2014 pela sociedade **BOLLINGHAUS STEEL, S.A.**, referente à sujeição da operação urbanística aprovada (licenciamento da ampliação de uma unidade industrial) ao quadro de benefícios previstos no **Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2014**, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, IP, datado de 23-05-2014 a informar que a dita sociedade possui, atualmente, ao seu serviço 168 trabalhadores.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção ou redução das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 16 postos de trabalho no concelho da Marinha Grande. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos, o pedido está enquadrado no patamar que confere isenção das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2014 e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística licenciada através da deliberação camarária de 22-05-2014, respeitante à ampliação de uma unidade industrial, processo de licenciamento n.º 114/14, em nome de BOLLINGHAUS STEEL,S.A., LDA, NIPC 503752533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6 freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, no âmbito do citado Programa de Apoio e, consequentemente, conceder-lhe isenção das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 8).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

22 - REQUERIMENTO DE MENEZES & MOTA – CONSULTADORIA E INVESTIMENTOS, S.A. – AQUISIÇÃO DO PRÉDIO INDUSTRIAL DA ANIBAL H. ABRANTES, S.A. – OBRAS DE REABILITAÇÃO – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMI E DE IMT

Assunto retirado da ordem do dia.

23 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL - REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL GUERRA PARRACHO – APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL

470 - Presente requerimento apresentado em 03-01-2014, nesta Câmara Municipal, pelo lesado Joaquim Manuel Guerra Parracho, portador do Cartão de Cidadão n.º 09506838, titular do NIF 193487438, residente na Rua de Óbidos, n.º 41, Loteamento das Trutas, 2430-520 Marinha Grande, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos sofridos na sua viatura automóvel, no valor de 305,85€, ocorridos no dia 26 de dezembro p.p., pelas 19H30, quando circulava na Rua das Cavadas, Moinhos de Cima, sentido Albergaria-Picassinos, a seguir ao entroncamento onde converge a Rua José Alves Junior, desta cidade, e passou por cima de um buraco existente na via pública, sem qualquer sinalização. Refere ter danificado os dois pneus do lado direito da viatura.

Presente Informação jurídica n.º I/211/2014-FO, de 05-02-2014, na qual se apreciaram os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

Em reunião realizada no dia 06-03-2014, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/817/2014, de 11-03-2014, que foi recebido em 14-03-2014.

O prazo de audiência prévia de 10 dias úteis concedido ao requerente expirou no dia 28 de março de 2014, mas o requerente apresentou alegações em 04-04-2014 que, apesar de intempestivas, foram apreciadas e refutadas pela informação I/628/2014, de 21-04-2014.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da primeira informação n.º I/211/2014-FO, e com a apreciação das alegações efectuada pela informação I/628/2014-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização

apresentado por Joaquim Manuel Guerra Parracho, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município e o pressuposto da culpa, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: PEDRO LUÍS LOPES PEREIRA – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIENCIA PREVIA

471 - Presente Informação jurídica n.º 711/2014, de 08.05.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 26.02.2014 (anexo III);

Presente participação de acidente efetuada por Pedro Luís Lopes Pereira, em 10.02.2014, na esquadra da Marinha Grande da Polícia de Segurança Pública, enviada pela P.S.P. – Esquadra da Marinha Grande a esta Câmara Municipal, à qual corresponde o registo de entrada n.º 1579/2014, de 20.02.2014 (anexo II)

Presente requerimento n.º E/1239/2014, de 10.02.2014, apresentado por Pedro Luís Lopes Pereira, no qual junta cópia de uma fatura e um orçamento respeitantes a reparações no veículo Chevrolet Nubira, com a matrícula 81-FG-47 e requer indemnização no valor total de 180 € correspondente ao valor de reparações dos danos alegadamente causados no referido veículo automóvel ligeiro de passageiros, em 10 de fevereiro de 2014, pelas 20h15m, ao embater num buraco existente na Rua S. Pedro de Moel – sentido Marinha Grande/S. Pedro de Moel, cujo limite máximo de velocidade de circulação é de 50 km/h e cuja gestão compete à Câmara Municipal (anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 711/2014, de 08.05.2014, que fica anexa (Anexo 3) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Pedro Luís Lopes Pereira do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

25 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: TECFIL – TÉCNICA DE FABRICO DE FIOS, LDA - DEFERIMENTO.

472 - Presente Informação Jurídica n.º 779/2014, de 21.05.2014, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo VI);

Presente requerimento apresentado nesta Câmara Municipal pela Sociedade Tecfil – Técnica de Fabrico de Fios, Lda, ao qual correspondeu o registo de entrada n.º 4090/2014, de 19.05.2014 (anexo V)

Presentes ofícios n.º 1566/2014 e n.º 1648/2014 enviados ao condutor do veículo automóvel Pedro Rui Soares Pereira, solicitando esclarecimentos quanto à identificação do responsável pelo pagamento à Sociedade Vulcanizadora Carlos & Mariana, Lda, da reparação dos danos ocorridos no veículo automóvel (anexo IV)

Presente Informação da DISU, enviada via Webdoc, de 16.01.2014 (anexo III);

Presente Participação da P.S.P. – esquadra da Marinha Grande, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 546/2014, respeitante ao sinistro ocorrido em 06.01.2014 na Rua Mestre José da Silva Roque - Picassinós, com a viatura mercedes E270 CDI, com matrícula 90 – 17 – XC, propriedade da Sociedade Tecfil – Técnica de Fabrico de Fios, Lda (anexo II)

Presente requerimento n.º E/287/2014, de 10.01.2014, apresentado pelo condutor do veículo automóvel Pedro Rui Soares Pereira, na qual junta cópia do orçamento de reparação do veículo com a matrícula 90-17-XC e fotografias do buraco existente na via, requerendo, a final, uma indemnização no valor de 447,30 €, com IVA incluído, correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo em 06.01.2014, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua Mestre José da Silva Roque – Picassinós e cujo pavimento é composto por betuminoso (anexo I)

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 779/2014, de 21.05.2014, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a lesada Sociedade Tecfil – Técnica de Fabrico de Fios, Lda, portadora do NIPC n.º 503 883 077, com sede na Rua das Madressilvas – Cova do Lobo – Escoura, freguesia da Marinha Grande, no montante de quatrocentos e quarenta e sete euros e trinta cêntimos, com IVA incluído, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do recibo emitido pela Sociedade Vulcanizadora Carlos & Mariana, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

473 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da rua Augusto Costa”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 02 de novembro de 2000, à empresa “Matos & Neves, Lda.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

474 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da Rua da Zona Industrial - Moita – Concurso Público n.º 02/2003”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 27 de novembro de 2003, à empresa “Construções Cunha dos Anjos, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 217º, nº. 4 e 227º, nº. 3 do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM JULHO DO CORRENTE ANO.

475 - Presente informação n.º 690/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 7 de maio, referente à necessidade de atualizar (anualmente) o valor das rendas das habitações sociais

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar:

Considerando que, em alguns casos os rendimentos das famílias em causa sofreram alterações e, noutros, não,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de julho do corrente ano, os constantes nos quadros seguintes:

1 - Avenida da Liberdade (Bloco L/M)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
L	Maria Helena M. Cantante	4.º Fte Esq.º	31/12/1996	24,15€	24,15€
M	Maria Amélia Henriques	3.º Dto	17/12/1996	27,84€	28,41€

2 - Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
9	Maria Joaquina Gil	2.º Esq.	28/12/1999	46,81€	40,35€

3 - Rua da Charnequinha

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
46	Maria Lurdes Rodrigues	1.º Dto	04/11/1997	20,73€	23,13€
44	Natacha Dias do Carmo	R/C Dto	01/07/2002	12,61€	12,61€

4 – Casal de Anja

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Manuel Peres Carnide	13	15/04/1999	97,46€	90,26€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

5 – Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Maria Alice de Jesus	105	18/07/2012	27,84€	47,80€
Maria Capitolina Lourenço	96	18/07/2012	69,34€	71,02€
Maria Ascensão B. Carmo	76	04/11/2004	55,11€	55,11€
Ema Maria Triães	70	29/06/2005	8,36€	4,85€
José de Sousa Santos	59	21/06/2013	108,77€	108,77€
José Manuel G. Parracho	6	01/03/2006	11,66€	11,66€

6 – Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Raúl Fernandes	81	21/06/2013	92,66€	92,66€
Rosa Maria Dias	24	11/05/2013	133,30€	214,86€

Mais delibera que o valor das referidas rendas entre em vigor, a partir do próximo mês de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA - MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DA EDUCAÇÃO

476 - Presente a informação interna n.º 680, de 30 de maio de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em cumprimento do despacho presente na informação interna, SB 26 de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias e restituição de valores cobrados indevidamente, referentes quer ao pagamento das participações familiares dos alunos que frequentam a Componente de Apoio à Família, quer ao pagamento/compra das mensalidades da Alimentação Escolar, tal como previsto no regulamento de funcionamento e gestão dos refeitórios escolares, aprovado em reunião de câmara a 06 de setembro de 2013.

Com o decorrer do ano letivo, foi sendo verificada a necessidade de retificar alguns lapsos relacionados com a emissão das guias, nomeadamente, na sequência de algumas comunicações feitas pelos próprios encarregados de educação, dando conta dos mesmos, ou porque foram detetados/comunicados pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e/ou GAM – Gabinete de Apoio ao Município).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação, ou pelos próprios serviços emissores da autarquia.

Considerando tratar-se de valores emitidos erradamente e/ou cobrados em duplicado/indevidamente, pelos serviços emissores desta Câmara Municipal.

A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder-se à anulação das guias de receita n.º 18718, 21234, 23412, 23171, 23414 de 2013, e 549, 648, 2491, 3164, 3161, 3293, 5309, 5251, 7667, 7865, 7741 e 10091 de 2014, pelos motivos constantes na tabela infra.

Nº GUIA/ANO	NOME	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR	
PROLONGAMENTO DE HORÁRIO				
5251/2 - 2014	Afonso Rafael Vieira Roldão	269025774	Emitida em duplicado / DCD	Anexo I
23171/2 - 2013	Bruna Jesus Viana	273806513	Emitida em duplicado / DCD	Anexo II
23414/2 - 2013	Rodrigo Grazina L. Gomes Santos	274401819	Emitida por lapso / A criança desistiu / DCD	Anexo III
549/2 - 2014	Diana Catarina Pedrosa	274676435	Valor errado / DCD	Anexo IV
3161 e 3164/2 - 2014	Nadja Luana Esperança Pimenta	264863607	Emitida em duplicado / DCD	Anexo V
3293/2 - 2014	António Rafael da Silva Cruz	274156091	Valor errado / alteração de escalão / DCD	Anexo VI
18718, 21234, 23412/2 de 2013 e 648/2 de 2014	Josimar Augusto S. Carvalho	276960165	Não estava a frequentar / DCD	Anexo VII
5309/2 - 2014	Ana Margarida O. Julião	268291381	Emitida em duplicado / DCD	Anexo VIII
7667/2 - 2014	Luís Alberto Monteiro Freitas	272837300	Emitida em duplicado / DCD	Anexo IX
7865/2 - 2014	Simão Costa Marques	266115268	Emitida em duplicado / DCD	Anexo X
7741/2 - 2014	Simão dos Santos Figueiredo	266075142	Emitida em duplicado / DCD	Anexo XI
10091/2 - 2014	Maria Francisca da Silva M. Oliveira	268454418	Emitida em duplicado / DCD	Anexo XII
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
2491/2 - 2014	Inês Tomaz Gouveia	272108057	Emitida em duplicado / DCD	Anexo XIII

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Mais delibera, proceder-se à restituição dos valores cobrados indevidamente aos respetivos encarregados de educação, nas guias n.º 23169 de 2013, e 6772, 5388 e 5985 de 2014, pelos motivos constantes na tabela infra.

N.º	Nº GUIA/SENHA - ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR	
PROLONGAMENTO DE HORÁRIO					
1	23169/2 - 2013	Gabriel Mota Patrício	265674476	Emitida e paga em duplicado / DCD-GAM	Anexo XIV
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
2	6772/2 - 2014	Lara Wictoria Nascimento	277747112	Cobrada indevidamente / GAM	Anexo XV
3	5388/2 - 2014	Anita Matos Duarte	259881635	Cobrada indevidamente / GAM	Anexo XVI
4	5985/2 - 2014	Rai Alexandre Correia Silva	251929884	Cobrada indevidamente / GAM	Anexo XVII

VALORES A RESTITUIR - DADOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

N.º	Nome Aluno	Nome Enc. Educação e N.º de Contribuinte		Valor a restituir
1	Gabriel Mota Patrício	Rosa Bela Santos Mota	227337727	25,46€
2	Lara Wictoria Nascimento	Rosângela Missias Leite	243757328	12,50€
3	Anita Matos Duarte	Luci Monteiro Matos	213594820	12,50€
4	Rai Alexandre Correia Silva	Paulo Jorge Domingues da Silva	209608234	12,50€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

477 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização de festa de romaria em honra de Nossa Senhora de Fátima nos dias 5 e 6 de julho de 2014;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de bailes a realizar nos dias 6,7,13, 20 e 21 de junho de 2014;

A Associação de Promoção Social – Jardim dos Pequenininos, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Festa dos Santos Populares no dia 13 de junho de 2014;
- Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para o evento;

O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização dos festejos anuais nos dias 1, 2 e 3 de agosto de 2014;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 34/AF, 35/AF, 36/AF, e 37/AF de 02 de junho de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria, o Sport Império Marinhense, a Associação de Promoção Social – Jardim dos Pequenininos e o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da autorização para

utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS

478 - Os serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos são serviços públicos essenciais, cujos utentes beneficiam da proteção que lhe é conferida pela Lei dos Serviços Públicos Essenciais, aprovada pela Lei n.º 23/96, de 27 de julho, na sua redação atual.

As tarifas devidas pelos utentes dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, são tributos de periodicidade mensal, cujo facto tributário consiste na prestação de um serviço continuado, no âmbito da vigência de um contrato entre o consumidor e a entidade gestora, cuja liquidação se considera efetuada com a notificação para pagamento voluntário, consubstanciada no envio da respectiva fatura, (cfr. artigo 9.º da Lei n.º 23/96, de 27 de julho, na sua redação atual e n.º 1 do artigo 67.º Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto).

Ao abrigo da alínea h) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, a entidade gestora tem direito a proceder à interrupção dos serviços de abastecimento de água e recolha de águas residuais, por motivo de atraso no pagamento da fatura, desde que respeitado o aviso prévio previsto nas disposições legais referidas, e no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 27 de julho, na sua redação atual.

Neste sentido, os serviços da subunidade orgânica do Gabinete de Atendimento ao Município, no caso de mora no pagamento dos consumos realizados, têm vindo a remeter aviso prévio de suspensão do serviço através de correio registado, com a antecedência de 20 dias relativamente à data em que venha a ter lugar a suspensão do fornecimento do abastecimento de água.

Ocorrendo a suspensão, o restabelecimento da ligação depende da liquidação de todas as dívidas do titular à entidade gestora.

Perante o mencionado aviso prévio de suspensão do serviço, os titulares de contrato de abastecimento de água identificados em anexo, vieram junto do Município da Marinha Grande invocar a prescrição das dívidas relativas ao fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos.

O direito ao recebimento do preço do serviço de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prescreve no prazo de seis meses após a prestação do serviço a que respeitam, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na sua redação atual.

A prescrição só produz o efeito de extinguir o crédito da entidade gestora se for invocada pelo devedor. Enquanto o não for, a entidade gestora pode recorrer aos mecanismos previstos na lei para exigir ou obter o pagamento (os quais ficam prejudicados a partir do momento em que se verificar tal invocação).

Assim, enquanto não for invocada a prescrição pelo utente, pode a entidade gestora remeter o aviso prévio de suspensão do serviço e proceder à sua interrupção se a falta de pagamento persistir. A partir do momento em que o devedor, titular do contrato de abastecimento de água, invocar a prescrição deixa de ser possível suspender o serviço ou, caso a mesma já tenha ocorrido, deve o serviço ser retomado.

Presente informação I/ 830/ 2014, do Gabinete de Atendimento ao Município, datada de 02 de Junho de 2014, e respectivo anexo onde se extrai informação relativa ao titular do contrato de abastecimento de água, local de consumo, identificação das faturas em mora e montantes;

Considerando que a prescrição é o instituto pelo qual se extingue a obrigação tributária;

Considerando que não se verificam quaisquer causas de interrupção e suspensão da prescrição previstas no artigo 49.º da LGT;

Considerando que cabe à Câmara Municipal, no âmbito da sua competência para promover a cobrança coerciva das dívidas, conhecer oficiosamente e declarar a prescrição;

A Câmara Municipal delibera, no âmbito da sua competência para promover a cobrança coerciva das dívidas e por terem decorrido os prazos legais de prescrição previstos no artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, na sua redação atual, declarar prescritas as dívidas constantes da lista anexa à presente deliberação (Anexo 4), que se dá por integralmente reproduzida, no valor total de 5.232,00€, nos termos do artigo 15.º, n.º 1 do Regime Geral das Taxas das Autarquias.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quatro de junho de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

6.186.151,96 € (seis milhões, cento e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e um euros e noventa e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

479 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

33. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

34. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 13,00M2 DE TERRENO DO SR. JOÃO DE SOUSA FRANCO

35. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 14,00M2 DE TERRENO DO SR. JOÃO DE SOUSA FRANCO

36. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 19,00M2 DE TERRENO DO SR. JOÃO DE SOUSA FRANCO

37. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

33 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

480 - A Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 do Engenho, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização da festa de encerramento do ano lectivo 2013/2014 no dia 13 de junho de 2014;

Presente informação nº 38/AF de 04 de junho de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 do Engenho, do pagamento da taxa devida pela emissão da licença especial de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 13,00M2 DE TERRENO DO SR. JOÃO DE SOUSA FRANCO

481 - Para a requalificação da Rua da Panificadora, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de João de Sousa Franco, NIF 122518527, que confronta a Norte com José Gomes, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente e a Poente com o proprietário, com artigo matricial n.º 6262. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (13,00m2) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão automático deslizante.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 13,00m2, do prédio de que é proprietário João de Sousa Franco, NIF 122518527, com artigo matricial nº. 6262, que confronta a Norte com João de Sousa Franco, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente e a Poente com o proprietário, para requalificação da Rua da Panificadora, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão automático deslizante, conforme consta da ficha anexa (Anexo 5) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 14,00M² DE TERRENO DO SR. JOÃO DE SOUSA FRANCO

482 - Para a requalificação da Rua da Panificadora, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de João de Sousa Franco, NIF 122518527, que confronta a Norte com José Gomes, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente com José Custódio Rodrigues e a Poente com o proprietário, com artigo matricial n.º 6263. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (14,00m²) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão automático deslizante.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 14,00m², do prédio de que é proprietário João de Sousa Franco, NIF 122518527, com artigo matricial n.º 6263, que confronta a Norte com João de Sousa Franco, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente José Custódio Rodrigues e a Poente com o proprietário, para requalificação da Rua da Panificadora, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão automático deslizante, conforme consta da ficha anexa (Anexo 6) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 19,00M² DE TERRENO DO SR. JOÃO DE SOUSA FRANCO

483 - Para a requalificação da Rua da Panificadora, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de João de Sousa Franco, NIF 122518527, que confronta a Norte com José Gomes, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente com José Custódio Rodrigues e a Poente com Vítor Barosa, com artigo matricial n.º 07757. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (19,00m²) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão automático deslizante.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 19,00m², do prédio de que é proprietário João de Sousa Franco, NIF 122518527, com artigo matricial nº. 07757, que confronta a Norte e Poente com João de Sousa Franco, a Sul com rua da Panificadora e a Nascente José Custódio Rodrigues, para requalificação da Rua da Panificadora, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão automático deslizante, conforme consta da ficha anexa (Anexo 7) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

484 - Presente a informação n.º 847/2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da necessidade de serem designados os representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, tal como previsto no n.º.3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho.

Considerando o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho que refere *“Na composição do conselho geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes (...) do município (...)”*.

Considerando que de acordo com o n.º 4 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho *“Os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.”*

Considerando que o n.º. 1 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho refere *“O número de elementos que compõem o conselho geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno, (...)”*.

Considerando que os Agrupamentos de Escolas da Marinha Grande Nascente e Vieira de Leiria no seu regulamento interno definem para a constituição do conselho geral, 2 representantes do município e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente define 3 representantes do município.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que os Conselhos Gerais Transitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente foram constituídos no processo de agregação de escolas, que se encontra em fase de conclusão, e atendendo a que já foram eleitas as respetivas direções, há necessidade de proceder à designação dos representantes dos Conselhos Gerais.

Assim, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, a Câmara Municipal delibera designar como representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, os seguintes elementos:

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho – Vereadora da Educação
- Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas – Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho – Vereadora da Educação
- Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves – Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento
- Álvaro Vicente Martins – Presidente da Junta de Freguesia da Moita

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho – Vereadora da Educação
- Joaquim Vidal Tomé - Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Durante a reunião o Sr. Presidente marcou uma reunião de trabalho com todo o executivo, sobre a ARU, tendo ficada agendada para o próximo dia 12/06/2014, 5.ª feira, às 09:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

485 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/06/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião